

ANÁLISES DAS VARIAÇÕES DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL DO GOVERNO FEDERAL NO PERÍODO DE 1981 A 2010

ANALYSES OF THE VARIATIONS OF CURRENT AND CAPITAL EXPENDITURES OF THE FEDERAL GOVERNMENT IN THE PERIOD 1981 TO 2010

Maurício Corrêa da Silva¹
José Dionísio Gomes da Silva²
Aneide Oliveira Araújo³
Jorge Expedito de Gusmão Lopes⁴

Resumo

As despesas das entidades governamentais são classificadas nas categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital. Este artigo tem o objetivo geral de analisar as variações das despesas correntes e de capital do Governo Federal, no período de 1981 a 2010 (30 anos de despesas, divididos também em estratos de 10 e 10 anos), bem como explicar as variações dos grupos de naturezas de despesas em relação às suas categorias econômicas. Para atingir este objetivo, foi realizada uma abordagem quantitativa com as técnicas de regressão múltipla e linear com a hipótese de que as despesas correntes aumentaram em proporção maior que as despesas de capital. Os resultados revelaram que as despesas de capital tiveram uma variação maior que as despesas correntes, no período de 1981 a 2010 (851%), o que evidencia mais comprometimento com os recursos de capital (Rejeita-se H_0 e aceita a H_1). Entretanto, os grupos de naturezas das despesas de capital estão em desacordo com a atividade-fim do Governo, por colocarem as despesas de investimentos com uma variação negativa (-5%) e as despesas com amortização/refinanciamento da dívida com uma variação positiva excessiva (28.876%). As despesas de capital são explicadas pela variação positiva ocorrida nas despesas de Amortização/Refinanciamento da Dívida. Em relação aos estratos decenais, somente o período de 1991 a 2000, teve uma variação positiva (4%) das despesas de capital. Desse modo, observa-se com base na Teoria da Escolha Pública que as decisões do Governo Federal foram tomadas sem visar o bem estar geral e a qualidade do

¹ Professor do Departamento de Ciências Contábeis da UFRN – Mestre em Ciências Contábeis. Endereço: Av. Salgado Filho, s/n. Departamento de Ciências Contábeis – Campus Universitário Lagoa Nova – CEP 59072-970 – Natal – RN – Brasil. Telefone: (84) 3215-3486. E-mail: prof.mauriciocsilva@gmail.com

² Professor do Departamento de Ciências Contábeis da UFRN e do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFRN/UFPB – Doutor em Controladoria e Contabilidade. Endereço: Av. Salgado Filho, s/n. Departamento de Ciências Contábeis – Campus Universitário Lagoa Nova – CEP 59072-970 – Natal – RN – Brasil. Telefone: (84) 3215-3486. E-mail: jdionisio.gomes@gmail.com

³ Professora do Departamento de Ciências Contábeis da UFRN e do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFRN/UFPB – Doutora em Controladoria e Contabilidade. Endereço: Av. Salgado Filho, s/n. Departamento de Ciências Contábeis – Campus Universitário Lagoa Nova – CEP 59072-970 – Natal – RN – Brasil. Telefone: (84) 3215-3486. aneide@ufrnet.br

⁴ Professor Aposentado do Departamento de Ciências Contábeis da UFPE e do Mestrado em Contabilidade da UFPE. Endereço: Av. dos Economistas, s/n Cidade Universitária - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Contábeis. Recife – PE. Brasil. Telefones: (81) 88977989 / 34661528. E-mail: professorjorgelopes@gmail.com

gasto público dos grupos de natureza de despesa em relação às categorias econômicas ficou comprometida (diminuição das despesas de capital no grupo de natureza de despesas de investimentos).

Palavras-chave: Despesas correntes. Despesas de capital. Governo Federal.

Abstract

The expenditures of the governmental authorities are grouped in the economic categories: current expenditures and capital expenditures. This paper has as its general goal to analyze the variations of current and capital expenditures of the Federal Government, from 1981 to 2010 (30 years of expenditures, also divided in 10-year layers), as well as to explain the variations of the groups of types of expenditures in relation to their economic categories. In order to achieve this goal, a quantitative approach, with the multiple and linear regression techniques, was conducted, with the hypothesis that current expenditures increased in a rate higher than the capital expenditures. The results revealed that the capital expenditures had a variation higher than the current expenditures, from 1981 to 2010 (851%), which highlights a greater commitment to the capital resources (H_0 is rejected and accepts H_1). However, the groups of types of capital expenditures are in disagreement with the main activity of the Government, by placing the investment expenditures with a negative variation (-5%) and the expenditures with Debt Amortization/Refinancing with an excessive positive variation (28.876%). Capital expenditures are explained by the positive variation occurred in the expenditures of Debt Amortization/Refinancing. So far as the decennial layers are concerned, only the period from 1991 to 2000 had a positive variation (4%) of capital expenditures. Therefore, one may observe, taking into account the Choice Public, that the decisions of the Federal Government were made without taking into account the general well-being and the quality of the public expenditure of the groups of types of expenditures in relation to the economic categories was compromised (decrease of capital expenditures in the group of types of investment expenditures).

Keywords: Current Expenditures. Capital Expenditures. Federal Government.

1 INTRODUÇÃO

As despesas das entidades governamentais são classificadas nas categorias econômicas: despesas correntes (despesas de custeio e transferências correntes) e despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e transferências de capital). (BRASIL, 1964).

As categorias econômicas possibilitam analisar o impacto das ações governamentais em toda economia. São classificadas em despesas correntes aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital e em despesas de capital, classificam aquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, resultando no acréscimo do patrimônio.

As despesas correntes visam atender gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, etc. As despesas correntes representam a aplicação dos recursos públicos para a manutenção da administração pública, ou seja, custeiam os serviços públicos criados para o funcionamento da “máquina” pública, incluindo as obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

As despesas de capital visam atender aos investimentos em: obras públicas, aquisições de imóveis, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; as inversões financeiras para aquisição de bens de capital e títulos representativos do capital de empresas e amortização da dívida pública (pagamento e/ou refinanciamento do principal e

da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária).

De acordo com Slomski (2001) e Bezerra Filho (2004), entende-se por grupos de natureza de despesa a agregação de elementos de despesa que apresentem as mesmas características quanto ao objeto de gasto. Assim, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes são grupos de natureza de despesas das despesas correntes; e, Investimentos; Inversões Financeiras e Amortização/Refinanciamento da Dívida são grupos de natureza de despesas de capital.

Os valores das despesas públicas são disponibilizados nos sítios dos governos e são comentadas as suas variações, principalmente de um ano para outro, em jornais e revistas. Neste sentido, Rodrigues (2010) comenta que as despesas do Governo Federal cresceram em 15% em 2009 sobre o ano anterior, num ritmo bem maior do que o avanço de 9,3%, registrado em 2008 na comparação com 2007.

Diante do acima exposto, este artigo tem o objetivo geral de analisar as variações das despesas correntes e de capital do Governo Federal, no período de 1981 a 2010 (30 anos de despesas, divididos também em estratos de 10 e 10 anos), bem como explicar as variações dos grupos de naturezas de despesas em relação às suas categorias econômicas.

A relevância do artigo é fundamentada no controle social que a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, 2000), alterada pela Lei Complementar nº 131, (2009), atribui a qualquer pessoa física o direito de acessar informações sobre despesas e receitas públicas. Entretanto, não basta permitir ou exigir a transparência dos gastos públicos. É essencial para qualquer tipo de controle saber interpretar essas informações. Desse modo, ao responder as hipóteses deste estudo, os cidadãos poderão tomar ciência de como foram aplicados os recursos por eles disponibilizados (impostos, taxas, contribuições, etc.).

As variações das despesas do Governo Federal nos últimos 30 anos podem ser analisadas com as seguintes hipóteses:

H₀ - as despesas correntes aumentaram em proporção maior que as despesas de capital (hipótese principal). Esta hipótese evidencia os gastos do Governo Federal com a atividade-meio (despesas com a máquina administrativa) em detrimento da sua atividade-fim (investimentos em obras, infraestruturas, etc.).

H₁ - as despesas de capital aumentaram em proporção maior que as despesas correntes (hipótese alternativa). Nesta situação, os gastos com a atividade-fim foram priorizados, como se espera que os governos o façam.

Ao verificar se a hipótese principal é aceita ou rejeitada, deve-se analisar também, a variação ponto percentual que as naturezas de despesas (Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes; Investimentos; Inversões Financeiras e Amortização/Refinanciamento da Dívida) provocaram variações de quantos pontos percentuais nas despesas correntes e nas despesas de capital. Tal procedimento visa identificar a relação funcional que as variáveis independentes (naturezas de despesas) poderão ser utilizadas na previsão dos valores médios das variáveis dependentes (categorias econômicas).

A variação ponto percentual e a relação funcional das variáveis dependentes e independentes são analisadas com a técnica estatística de regressão e representa, neste estudo, a análise empírica do comportamento entre as mesmas. Pode-se estimar o quanto uma variação nos grupos de natureza de despesa afetará no total das despesas totais (categorias econômicas).

Espera-se contribuir para o processo de análises das demonstrações contábeis públicas, que auxiliem os cidadãos entenderem para onde estão indo os seus recursos. Pode-se destacar, neste sentido, os trabalhos divulgados por Kohama (1999); Lima e Castro (2000); Castro e Garcia (2004); Reis *et al.* (2007); Barbosa e Barros (2010); Soares *et al.* (2011); Diniz, Macedo e Corrar (2012) e ainda Silva (2012).

Para cumprir o objetivo geral com as hipóteses levantadas, o artigo está dividido em cinco partes. Após esta introdução, uma revisão da legislação da literatura na parte dois; a metodologia utilizada na parte seguinte; os resultados da pesquisa e análises na parte quatro, e finalizando a parte cinco com as considerações finais e as referências.

2 REVISÃO DA LEGISLAÇÃO E DA LITERATURA

2.1 LEGISLAÇÃO

A receita pública é classificada nas categorias econômicas receitas correntes (receita tributária, de contribuições, patrimonial, etc.), destinadas a atender as despesas classificáveis em despesas correntes e receitas de capital (operações de crédito, alienação de bens, etc.), destinadas a atender as despesas de capital (BRASIL, 1964).

A Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) estabelece que as despesas públicas são classificadas segundo a sua natureza em categoria econômica, grupo de natureza de despesa e elemento da despesa (BRASIL, 2001).

Os grupos de natureza da despesa das despesas correntes são: Pessoal e Encargos Sociais (despesas do pessoal civil ou militar; ativo ou inativo, bem como as obrigações de responsabilidade do empregador); Juros e Encargos da Dívida Interna e Externa (pagamento de juros, comissões e encargos de operações de crédito); Outras Despesas Correntes (aquisição de material de consumo, pagamento de serviços prestados, etc.). (BRASIL, 2001).

As Outras Despesas Correntes centralizam o maior volume das Despesas Correntes, haja vista que concentram as atividades de custeio da “máquina” administrativa pública (material de expediente; material de processamento de dados; material de manutenção de bens móveis e imóveis; despesas com prestação de serviços de pessoas físicas e jurídicas; despesas de locações de mão-de-obra; serviços de água, luz e telefone etc.).

O pagamento de despesas de Pessoal e Encargos Sociais, de acordo com o Art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal não poderá exceder aos percentuais da receita corrente líquida estipulados para a União em 50% (cinquenta por cento); nos Estados de 60% (sessenta por cento) e nos Municípios: 60% (sessenta por cento). (BRASIL, 2000).

Os grupos de natureza das despesas de capital são: Investimentos (despesas em programas que visem ao desenvolvimento ou aprimoramento dos serviços prestados pelo Estado, através de construções, aquisição de terrenos, aquisição de materiais permanentes, etc.); Inversões Financeiras (aquisição de imóveis não destinados a edificações, constituição e/ou aumento de capital de empresas, etc.) e Amortização/Refinanciamento da Dívida (despesas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida). (BRASIL, 2001).

No caso das Despesas de Capital, o grupo de natureza das Despesas de Investimentos, por representar o planejamento e a execução de obras públicas, o que se espera do governo (qualquer) é que tenha constantes aumentos (investimentos) e de qualidade. Desse modo, a aplicação dos recursos neste grupo de despesas em detrimento dos

outros grupos (inversões financeiras e amortização/refinanciamento da dívida) resultaria em benefícios diretos para a população.

Quanto ao controle e registro das despesas públicas (correntes e de capital), o Art. 85 da Lei nº 4.320/1964, determina que os serviços de contabilidade devem ser organizados de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Ainda em relação às despesas públicas, deve entender-se que o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público, denomina-se função. Desse modo, as despesas são agrupadas por funções de governo: legislativa; judiciária; educação; saúde; etc. (BRASIL, 1999).

As contas de despesas públicas foram registradas de acordo com o Plano de Contas da Administração Pública Federal, conforme síntese constante no Tabela 1.

Tabela 1 - Registro das despesas por grupos de natureza e funções de Governo

DESPESAS	FUNÇÕES DE GOVERNO
DESPESAS CORRENTES	Legislativa
3.1 Pessoal e Encargos Pessoais	Judiciária
3.2 Juros e Encargos da Dívida	Educação
3.3 Outras Despesas Correntes	Saúde
DESPESAS DE CAPITAL	Saneamento
4.4 Investimentos	Administração
4.5 Inversões Financeiras	Assistência Social
4.6 Amortização/Refinanciamento da Dívida	Previdência social etc.
TOTAL DAS DESPESAS	TOTAL DAS DESPESAS POR FUNÇÕES

Fonte: Portaria Interministerial nº 163/2001 e Portaria nº 42/1999 - adaptados.

Convém esclarecer que o somatório das despesas correntes e de capital (Tabela 1) são iguais ao somatório das despesas por funções de Governo. Os valores são evidenciados no Balanço Orçamentário e no Demonstrativo da Despesa da União por Grupo (despesas por categorias econômicas) e no Demonstrativo da Despesa da União por Função (despesas por funções de governo).

2.2 MARCOS TEÓRICOS

O Estado dispõe de recursos ou rendas que lhe são entregues através da contribuição da coletividade para fazer face as suas necessidades, sendo que o conjunto desses recursos constitui a denominada receita pública e constituem despesa todos os desembolsos efetuados pelo Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos no interesse geral da comunidade (SILVA, 2009).

Os resultados das receitas e despesas públicas são evidenciados nas demonstrações contábeis públicas. De acordo com Soares *et al.* (2011), as referidas demonstrações assumem papel de relevante importância, não apenas pela imperiosidade da lei, mas também como instrumento de gestão pública.

Kohama (1999) e Lima e Castro (2000) evidenciaram quocientes e indicadores para auxiliarem nas análises das demonstrações contábeis públicas. Os quocientes e indicadores de forma geral, apresentados pelos referidos autores, tratam de análises de resultados nos demonstrativos públicos (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das

Variações Patrimoniais e Balanço Patrimonial) em determinado ano. Destacam nessas análises, os quocientes da execução da receita, da execução da despesa e, principalmente, o quociente do resultado orçamentário.

Já Castro e Garcia (2004) analisaram demonstrativos das despesas da União, no período de 1997 a 2002, com valores apresentados na moeda vigente na época e ressaltaram sobre a necessidade de se buscar apresentar uma evolução histórica da execução de um orçamento acompanhado de parâmetros que permitam um dimensionamento de valor e números para possibilitar comparações em valores parametrizados.

O foco orçamentário das demonstrações contábeis públicas, de acordo com Silva (2008), a partir da aprovação em 21 de novembro de 2008 das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), deixa de ser o grande protagonista da história da administração pública para se tornar um coadjuvante importante que trata do fluxo de caixa do Governo com base em autorização legislativa para arrecadar receitas e realizar despesas.

Pode-se destacar, também, as análises das despesas públicas por intermédio da utilização de indicadores de desempenho contábeis de execução orçamentária, financeira, patrimonial proposta por Silva (2012), em que são analisadas e comparadas despesas do Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais.

Os grupos de natureza das despesas (pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, investimentos, inversões financeiras etc.) evidenciados no Balanço Orçamentário do Governo Federal podem ser analisados com base na Teoria da Escolha Pública e na perspectiva de estudos realizados da qualidade do gasto público. Entretanto, para identificar as causas reais das aplicações de recursos em um grupo de natureza das despesas em detrimento de outro, no caso de uma análise de variações de despesas de 30 anos, devem ser analisados também, questões econômicas (alta da inflação, crises internacionais etc.); políticas (plataformas de governo, ideais políticos etc.); dentre outras situações que deverão ser levadas em conta.

De acordo com Bernabel (2009), a grande lição que a Teoria da Escolha Pública procura dar é que a política tem falhas, as decisões tomadas coletivamente nem sempre alcançam o bem estar geral. Os indivíduos quando tomam decisões em política estão auto-interessados, não procuram o benefício dos outros, mas o próprio benefício.

A denominada Teoria da Escolha Pública ou *Public Choice* é matéria de estudo e análise de um ramo da ciência econômica que analisa as decisões do governo no que se refere à alocação dos seus recursos.

A qualidade do gasto público, de acordo com Borges (2010), representa a alocação de verbas pelo setor público para que se realize seu objetivo principal que é o bem-estar social. Dessa forma, a despesa pública, ou melhor, a qualidade com que esta despesa é executada constitui-se em um aspecto primordial.

Dentre os diversos estudos sobre a qualidade do gasto público, destacam os estudos de Rodrigues Gonçalves (2010), em que a autora analisa a relação das categorias de serviços públicos (funções de governo: habitação, saúde, assistência e previdência etc.) com a demanda do eleitor mediano e Brunet, Berte e Borges (2007) que criaram um índice de qualidade do gasto público, a partir da relação entre o nível de bem-estar e a quantidade de despesas nas funções de governo selecionadas (legislativa, judiciária, segurança pública, saúde ou educação).

Os estudos sobre as contas públicas podem ser vistos também na área estadual e municipal. Macedo e Corbari (2009) ao analisarem os efeitos da lei de responsabilidade fiscal

no endividamento dos municípios brasileiros concluíram que houve influência. Gerigk, Clemente e Taffarel (2010) analisaram o impacto da lei de responsabilidade fiscal sobre a gestão financeira dos municípios do Estado do Paraná, aonde destacaram que os gestores ficaram mais parcimoniosos na realização das despesas. Carvalho, Oliveira e Santiago (2010) ao analisarem as dívidas dos Estados Nordestinos, no período de 2007 a 2007, concluíram que houve uma queda significativa ao longo dos anos.

Observa-se no cenário internacional, as análises de Lorenzo e Sánchez (2004) ao utilizarem indicadores de gestão que permitem aos cidadãos escolherem serviços de qualidade. Santos e Lopez (2006) observaram um declínio geral na eficiência municipal e maior heterogeneidade na sua gestão, juntamente com a presença de uma forte componente territorial e Sohl *et al.* (2009) que utilizaram diversos indicadores para medir a posição financeira de municípios.

Os estudos sobre as contas públicas (nacionais e internacionais) permitem afirmar que é importante evidenciar mais e mais os resultados dos governos com o objetivo de melhorar a gestão pública e proporcionar aos cidadãos uma visão sobre a utilização dos recursos.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOLOGIAS DE PESQUISAS

O presente estudo foi desenvolvido com a realização de pesquisa explicativa, bibliográfica e documental sobre Finanças Públicas do Governo Federal, juntamente com uma abordagem quantitativa e qualitativa das despesas pagas entre os exercícios de 1981 a 2010.

3.2 COLETA DE DADOS

Os dados sobre as despesas pagas do Governo Federal foram extraídos do sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no ícone Estatística (Série Histórica de Receitas e Despesas), já convertidos e atualizados pelo IGP-DI, na moeda de 2010. As observações (valores das despesas pagas) foram levantadas por ano, ou seja, totalizaram 30 observações (1981 a 2010).

Visando evidenciar respostas às hipóteses levantadas, o período das despesas do Governo Federal em análise (1981 a 2010) foi dividido em 03 décadas (Estratos): 1981 a 1990 (I); 1991 a 2000 (II) e 2001 a 2010 (III).

3.3 TRATAMENTO DOS DADOS

A pesquisa quantitativa envolveu, inicialmente, análises descritivas (desvio padrão, média aritmética e coeficiente de variação) e números-índices das despesas correntes e de capital (Tabela 3), com base no que ensinam Levine, Berenson e Stephan (2000), Martins (2002), Martins Oliveira (2007) e Oliveria (2010), com a utilização da planilha eletrônica Microsoft Office Excel 2007®.

Em seguida efetuou-se a análise de regressão linear múltipla e simples (inferência estatística) com utilização do *software* de estatística IBM SPSS 19, tendo-se como variáveis dependentes as despesas correntes e de capital, e variáveis independentes: Despesas com pessoal e encargos (PES), Juros e encargos da dívida (JED), Outras despesas correntes (ODC), Despesas de investimentos (INV), Despesas de inversões financeiras (INF) e Despesas de amortização/refinanciamento da dívida (ARD), conforme Tabela 2.

O objetivo deste procedimento (regressão) foi estabelecer a relação funcional entre as variáveis consideradas dependentes e independentes, a fim de descrever o fenômeno da variação das despesas correntes e de capital do Governo Federal em relação aos seus grupos de natureza de despesa, no período em análise.

Nas análises de regressão foram observadas as recomendações de Levine, Berenson e Stephan (2000), Gujarati (2006), Bruni (2008), Field (2009) e Cunha e Coelho (2011). As variáveis e coeficientes utilizados para as definições das equações de regressão linear múltipla, constam na Tabela 2.

Tabela 2 - Definições das equações de regressão linear múltipla

Equação de regressão	Variáveis e coeficientes
1) $Y_{dc1} = \alpha + \beta_0PES + \beta_1ODC$	Y_{dc1} = variável dependente (despesas correntes - DESP_COR)
	β_0PES = variável independente - despesas de pessoal e encargos sociais
	β_1ODC = variável independente - outras despesas correntes
2) $Y_{dc2} = \alpha + \beta_0JED + \beta_1ODC$	Y_{dc2} = variável dependente (despesas correntes - DESP_COR)
	β_0JED = variável independente - juros e encargos da dívida
	β_1ODC = variável independente - outras despesas correntes
3) $Y_{dca1} = \alpha + \beta_0INV + \beta_1ARD$	Y_{dca1} = variável dependente (despesas de capital - DESP_CAP)
	β_0INV = variável independente - despesas de investimentos
	β_1ARD = variável independente - despesas de amortização/refinanciamento da dívida
4) $Y_{dca2} = \alpha + \beta_0INF + \beta_1ARD$	Y_{dca2} = variável dependente (despesas de capital - DESP_CAP)
	β_0INF = variável independente - despesas de inversões financeiras
	β_1ARD = variável independente - despesas de amortização/refinanciamento da dívida

Legenda: α = coeficiente linear (valor constante da equação); β_0 e β_1 = coeficientes angulares; Y_{dc1} e Y_{dc2} = equações de regressão de despesas correntes (DESP_COR); Y_{dca1} e Y_{dca2} = equações de regressão de despesas de capital (DESP_CAP); PES – pessoal e encargos sociais; JED – juros e encargos da dívida; ODC – outras despesas correntes; INV – despesas de investimentos; INF – inversões financeiras; ARD – despesas de amortização/refinanciamento da dívida.

Fonte: elaborado pelos autores.

As equações 1) e 2) da Tabela 2 foram utilizadas nas estimações das despesas correntes quando se altera valores nos grupos de natureza de suas despesas e as equações 3) e 4) para estimar as despesas de capital.

4 RESULTADO DA PESQUISA E ANÁLISES

4.1 ANÁLISES DESCRITIVAS

Conforme demonstra a Tabela 3, nas despesas correntes, destaca-se a variabilidade (volatilidade/estabilidade) das despesas de juros e encargos da dívida (JED), com os coeficientes de variação de 116,48%; 46,88% e 24,29%, respectivamente nos Estratos I, II e III,

ou seja, em torno da média, foram as despesas que mais variaram, comprovando o resultado de todo o período de 68,11%.

Tabela 3 - Análise descritiva e variação percentual (números-índices) das Despesas Correntes e de Capital no período de 1981 a 2010

R\$ milhões					
Estratos	Estatísticas	Despesas Correntes			
		PES	JED	ODC	TOTAL
I – 1981 a 1990	DP	28.615,71	38.809,26	40.014,94	93.570,94
	Média	31.039,85	33.319,32	134.108,24	198.467,42
	CV	92,19%	116,48%	29,84%	47,15%
	Índice (%)	393%	1.114%	152%	244%
II – 1991 a 2000	DP	23.823,90	29.413,39	67.244,48	116.149,10
	Média	114.834,67	62.739,96	271.492,81	449.067,45
	CV	20,75%	46,88%	24,77%	25,86%
	Índice (%)	56%	907%	102%	114%
III – 2001 a 2010	DP	19.202,51	30.159,90	79.058,54	113.496,56
	Média	136.968,27	124.158,36	439.518,84	700.645,47
	CV	14,02%	24,29%	17,99%	16,20%
	Índice (%)	33%	19%	65%	49%
1981 a 2010 (todo período)	DP	51.940,80	49.997,73	141.336,28	233.198,45
	Média	94.280,93	73.405,88	281.706,63	449.393,44
	CV	55,09%	68,11%	50,17%	51,89%
	Índice (%)	696%	2.972%	677%	775%
Estratos	Estatísticas	Despesas de Capital			
		INV	INF	ARD	TOTAL
I – 1981 a 1990	DP	7.731,65	14.545,78	271.467,31	275.760,25
	Média	19.235,50	15.064,57	129.349,73	190.046,87
	CV	40,19%	96,56%	209,87%	145,10%
	Índice (%)	-27%	1.324%	43.595%	1.294%
II – 1991 a 2000	DP	2.799,88	71.580,42	208.197,61	246.557,38
	Média	20.722,86	80.625,13	440.628,48	542.316,12
	CV	13,51%	88,78%	47,25%	45,46%
	Índice (%)	4%	-25%	315%	239%
III – 2001 a 2010	DP	6.887,69	5.037,18	65.295,73	64.684,26
	Média	18.055,85	33.111,81	577.590,98	628.758,64
	CV	38,15%	15,21%	11,30%	10,29%
	Índice (%)	-16%	-27%	-4%	-6%
1981 a 2010 (todo período)	DP	6.077,79	49.544,27	272.091,72	284.621,83
	Média	19.338,07	42.933,84	382.523,06	453.707,21
	CV	31,43%	115,40%	71,13%	62,73%
	Índice (%)	-5%	1.000%	28.876%	851%

Legenda: DP – desvio padrão; Média – média aritmética; CV – coeficiente de variação; Índice (%) – variação percentual (número-índice).

Fonte: Elaborado pelos autores (dados da pesquisa).

Ainda nas despesas correntes, as despesas de pessoal e encargos sociais (PES) superaram (CV de 55,09%) as outras despesas correntes (ODC – CV de 50,17%), que representam potencialmente os gastos da máquina administrativa pública.

Nas despesas de capital (Tabela 3), destaca-se a variabilidade das despesas de amortização/refinanciamento da dívida (ARD) no Estrato I de 209,87% e a diminuição nos períodos seguintes (Estrato II de 47,25% e Estrato III de 11,30%), o que significa uma variação (positiva - diminuição) no pagamento destas obrigações em relação à média. As despesas de inversões financeiras (INF), no período dos 30 anos foram as que mais variaram (CV de 115,40%), seguidas das despesas de amortização/refinanciamento da dívida (ARD – CV de 71,13%) e despesas de investimentos (CV de 31,43%). Observa-se assim, que as despesas com investimentos em obras públicas ficaram em último plano.

O resultado final (30 anos em análise – 1981 a 2010), evidencia que as despesas de capital tiveram uma variabilidade de 62,73% contra 51,89% no coeficiente de variação (CV) das despesas correntes, o que evidencia mais comprometimento com os recursos de capital, considerando a média dos recursos aplicados. Entretanto, as naturezas de despesas de capital estão em desacordo com a atividade-fim do Governo (CV de 31,43% para despesas de investimentos; 115,40% para as despesas de inversões financeiras e 71,13% para as despesas de amortização/refinanciamento da dívida).

A variação percentual das despesas correntes totais de 1981 a 2010 (números-índices – ano base 1981) foi de 775%, enquanto que as despesas de capital totais, no mesmo período, variaram em 851%. Em termos reais, isso significa um crescimento maior das despesas de capital. Entretanto, as despesas de capital que mais cresceram foram as despesas com amortização/refinanciamento da dívida (28.876%). As despesas de investimentos em obras públicas etc. diminuíram no citado período (-5%).

Destaca na Tabela 3, a variação das despesas correntes e de capital por estratos e o que chama a atenção são as diminuições das despesas de investimentos nos estratos I (1981 a 1990) e II (2001 a 2010).

Analisando os resultados da Tabela 3, conclui-se que as decisões do Governo Federal na alocação de recursos com o objetivo de cumprir o bem-estar social não foi atendida, haja vista que os resultados apresentados demonstraram diminuição das despesas de investimentos (realização de obras públicas) em relação às despesas de inversões financeiras e amortização/refinanciamento da dívida.

4.2 INFERÊNCIA ESTATÍSTICA

As Tabelas 4 a 6 apresentam os resultados utilizados para a inferência estatística do modelo contabilométrico, que visam explicar as variações das categorias econômicas das despesas em relação a seus grupos de naturezas de despesas (nível de significância de 0,05).

Tabela 4 - Testes utilizados para comprovação da regressão linear múltipla

Estratos	Equação	R ² A	T	P-valor (t)	F	P-valor (F)
I	1) $Y_{dc1} = -81.175,40 + 0,67PES + 1,92ODC$	0,929	1,77 7,05	0,120 0,000	59,61	0,000
	2) $Y_{dc2} = -51.502,90 + 0,71JED + 1,68ODC$	0,937	2,104 5,127	0,073 0,001	67,63	0,000
	3) $Y_{dca1} = 3.671,64 + 2,82INV + 1,02ARD$	0,994	3,073 38,99	0,018 0,000	762,42	0,000
	4) $Y_{dca2} = 47.589,03 + 1,03INF + 0,98ARD$	0,989	1,31 23,58	0,230 0,000	403,18	0,000
II	1) $Y_{dc1} = -24.715,11 + 0,31PES + 1,61ODC$	0,985	0,55 8,09	0,598 0,000	293,39	0,000
	2) $Y_{dc2} = 14.191,87 +$	0,994	3,55	0,009	795,40	0,000

	0,74JED + 1,42ODC		15,63	0,000		
	3) Ydca1 = -15.181,37 + 2,71INV + 1,13ARD	0,910	0,30 9,56	0,768 0,000	46,67	0,000
	4) Ydca2 = 20.739,35 + 1,003INF + 1,00ARD	0,999	64,53 187,09	0,000 0,000	29.499,47	0,000
III	1) Ydc1 = 90.276,24 - 0,15PES + 1,43ODC	0,944	-0,16 6,28	0,875 0,000	77,39	0,000
	2) Ydc2 = 50.194,57 + 0,84JED + 1,24ODC	0,993	6,77 26,00	0,000 0,000	604,74	0,000
	3) Ydca1 = 48.401,73 + 1,12INV + 0,96ARD	0,994	4,47 36,41	0,003 0,000	695,13	0,000
	4) Ydca2 = -1.756,13 + 1,27INF + 1,01ARD	0,986	2,34 24,19	0,052 0,000	319,70	0,000
Todo período	1) Ydc1 = -12.816,61 + 0,75PES + 1,38ODC	0,989	3,751 18,886	0,001 0,000	1.256,15	0,000
	2) Ydc2 = -1.302,74 + 0,78JED + 1,39ODC	0,990	4,471 22,554	0,000 0,000	1.439,08	0,000
	3) Ydca1 = 3.667,29 + 2,80INV + 1,03ARD	0,973	1,965 32,480	0,600 0,000	527,46	0,000
	4) Ydca2 = 42.798,91 + 0,98INF + 0,96ARD	0,996	13,913 75,158	0,000 0,000	3.853,06	0,000

Legenda: R²A – r quadrado ajustado; t – Teste t; P-valor – nível de significância observada; F – Teste F.

Fonte: Elaborado pelos autores (dados da pesquisa).

Observa-se na Tabela 4, que o Coeficiente de Determinação Ajustado (R²A) de todas as equações apresentou valores significativos nos modelos de regressão. Entretanto, devem ser analisados os resultados dos Testes t e F.

Os resultados do Teste t em que o P-valor (nível de significância) foi maior que 0,05 excluíram os coeficientes a seguir do modelo de regressão, haja vista que não se apresentaram significativamente diferentes de zero: PES, JED e INF (Estrato I); PES e INV (Estrato II); PES (Estrato III) e INF (todo o período).

No caso do Teste F, como o P-valor é menor que 0,05 em todas as equações, rejeita-se a hipótese de que o R² (Coeficiente de Determinação) seja igual a zero. Desse modo, pelo menos uma das variáveis independentes exerce influência na variável dependente.

Tabela 5 - Testes de pressupostos da regressão linear múltipla

Estratos	Equação	Pressupostos			
		NOR	HOM	AAS	MUL
I	1) Ydc1 = -81.175,40 + 0,67PES + 1,92ODC	0,698	0,780 0,788	2,226	1,725 0,580
	2) Ydc2 = -51.502,90 + 0,71JED + 1,68ODC	0,356	0,046 0,836	1,019	2,816 0,355
	3) Ydca1 = 3.671,64 + 2,82INV + 1,02ARD	0,600	0,003 0,955	1,769	1,017 0,983
	4) Ydca2 = 47.589,03 + 1,03INF + 0,98ARD	0,808	0,272 0,616	0,896	1,412 0,708
II	1) Ydc1 = -24.715,11 + 0,31PES +	0,672	0,444	2,498	7,905

	1,61ODC		0,524		0,126
	2) $Y_{dc2} = 14.191,87 + 0,74JED + 1,42ODC$	0,920	1,970 0,198	1,781	4,478 0,223
	3) $Y_{dca1} = -15.181,37 + 2,71INV + 1,13ARD$	0,895	0,231 0,644	1,298	1,013 0,988
	4) $Y_{dca2} = 20.739,35 + 1,003INF + 1,00ARD$	0,550	0,160 0,700	2,567	1,202 0,832
III	1) $Y_{dc1} = 90.276,24 - 0,15PES + 1,43ODC$	0,717	1,627 0,238	1,841	4,095 0,244
	2) $Y_{dc2} = 50.194,57 + 0,84JED + 1,24ODC$	0,999	0,770 0,406	1,188	1,344 0,744
	3) $Y_{dca1} = 48.401,73 + 1,12INV + 0,96ARD$	0,913	0,368 0,561	1,377	1,009 0,991
	4) $Y_{dca2} = -1.756,13 + 1,27INF + 1,01ARD$	1,000	0,424 0,533	1,372	1,167 0,857
Todo período	1) $Y_{dc1} = -12.816,61 + 0,75PES + 1,38ODC$	0,312	1,150 0,293	2,081	5,048 0,198
	2) $Y_{dc2} = -1.302,74 + 0,78JED + 1,39ODC$	0,565	0,381 0,542	1,976	4,089 0,245
	3) $Y_{dca1} = 3.667,29 + 2,80INV + 1,03ARD$	0,032	0,278 0,602	0,978	1,004 0,996
	4) $Y_{dca2} = 42.798,91 + 0,98INF + 0,96ARD$	0,461	0,820 0,373	0,705	1,163 0,860

Legenda: NOR – normalidade dos resíduos (Kolmogorov-Smirnov); HOM – homocedasticidade (Pesarán-Pesarán) - AAS – ausência de autocorrelação serial (DW – Durbin-Watson); MUL – multicolinearidade (VIF – Fator de Inflação da Variância / Tolerância).

Fonte: Elaborado pelos autores (dados da pesquisa).

Na Tabela 5, os resultados dos pressupostos (testes estatísticos realizados) da regressão linear múltipla indicam que a normalidade dos resíduos padronizados (Kolmogorov-Smirnov) foi aceita, considerando que o P-valor foi maior que 0,01 em todas as equações. O comportamento dos resíduos para testar a homocedasticidade (Teste Pesarán-Pesarán – variância dos resíduos – Teste F/significância > 0,01) foi aceita em todas as equações, ou seja, a variância dos resíduos mantém-se constante em todo o espectro das variáveis independentes.

No caso das equações dos Estratos I, II e III, a análise de autocorrelação serial (Teste Durbin-Watson), conforme Tabela D.5A (Gujarati, 2006) apresentou que não há nenhuma evidência de correlação serial positiva de primeira ordem para o $DW > 1,641$ e evidência inconclusiva em relação à presença ou ausência de correlação serial positiva de primeira ordem para $0,697 < DW < 1,641$. Desse modo, verifica-se que nestes períodos as equações são validadas.

Considerando que o Teste Durbin-Watson para o período de 1981 a 2010 apresentou o valor de $DW > 1,567$, verifica-se que não há nenhuma evidência de correlação serial e para o $DW < 1,284$, há evidência de correlação serial. Assim, as equações 3) e 4) deverão ser excluídas do modelo de regressão em análise.

Quanto à análise de multicolinearidade (exame de correlação), os resultados da Tabela 5, indicam que a mesma é aceitável para o Fator de Inflação da Variância (VIF) de 1 até 10 e sem multicolinearidade para a tolerância até 1 e acima de 0,10.

Tabela 6 - Equações de regressão linear múltipla

Estratos	Equações de regressão		
I – 1981 a 1990	1) $Y_{dc1} = -81.175,40 + 0,67PES + 1,92ODC$	(*)	
	2) $Y_{dc2} = -51.502,90 + 0,71JED + 1,68ODC$	(*)	
	3) $Y_{dca1} = 3.671,64 + 2,82INV + 1,02ARD$		
	4) $Y_{dca2} = 47.589,03 + 1,03INF + 0,98ARD$	(*)	
II – 1991 a 2000	1) $Y_{dc1} = -24.715,11 + 0,31PES + 1,61ODC$	(*)	
	2) $Y_{dc2} = 14.191,87 + 0,74JED + 1,42ODC$		
	3) $Y_{dca1} = -15.181,37 + 2,71INV + 1,13ARD$	(*)	
	4) $Y_{dca2} = 20.739,35 + 1,003INF + 1,00ARD$		
III – 2001 a 2010	1) $Y_{dc1} = 90.276,24 - 0,15PES + 1,43ODC$	(*)	
	2) $Y_{dc2} = 50.194,57 + 0,84JED + 1,24ODC$		
	3) $Y_{dca1} = 48.401,73 + 1,12INV + 0,96ARD$		
	4) $Y_{dca2} = -1.756,13 + 1,27INF + 1,01ARD$		
1981 a 2010 (todo período)	1) $Y_{dc1} = -12.816,61 + 0,75PES + 1,38ODC$		
	2) $Y_{dc2} = -1.302,74 + 0,78JED + 1,39ODC$		
	3) $Y_{dca1} = 3.667,29 + 2,80INV + 1,03ARD$	(*)	(**)
	4) $Y_{dca2} = 42.798,91 + 0,98INF + 0,96ARD$		(**)

Legenda: (*) - variável explicativa 1 excluída pelo Teste *t* (Student); (**) - equações excluídas pelo Teste Durbin-Watson.

Fonte: elaborado pelos autores.

Na Tabela 6, observa-se que no Estrato I (1981 a 1990), como as variáveis independentes PES, JED e INF foram excluídas pelo Teste *t* (P-valor > 0,05), conforme Tabela 4, as despesas correntes podem ser explicadas pela variável ODC e as despesas de capital pelas variáveis INF e ARD. Os modelos de regressão do Estrato I indicam que as despesas correntes do Governo Federal tiveram em média um aumento de 1,92 e 1,68 a cada unidade de aumento nas Outras Despesas Correntes (ODC). Já as despesas de capital, neste mesmo período, tiveram em média um aumento de 2,82 a cada unidade de aumento das despesas de investimentos (INV) e de 1,02 nas despesas de amortização/refinanciamento da dívida (ARD).

As variáveis PES e INV foram excluídas do Estrato II (1991 a 2000). As despesas correntes podem ser explicadas pelas variáveis JED (aumento de 0,74 em média a cada unidade de aumento) e ODC (aumento de 1,42 a cada unidade de aumento) e as despesas de capital pelas variáveis INF (aumento de 1,003 a cada unidade de aumento) e ARD (aumento de 1,13 e 1,00 a cada unidade de aumento).

No Estrato III, somente a variável PES foi excluída. As variáveis JED (aumento de 0,84 a cada unidade de aumento) e ODC (aumento de 1,43 e 1,24 a cada unidade de aumento) explicam as despesas correntes. As variáveis INV (aumento de 1,12 a cada unidade de aumento); INF (aumento de 1,27 a cada unidade de aumento) e ARD (aumento de 0,96 e 1,01 a cada unidade de aumento) explicam as variações nas despesas de capital.

Na análise dos 30 anos de despesas (1981 a 2010), a variável INV (despesas de investimentos) e as equações 3) e 4) foram excluídas. Assim, as despesas correntes são explicadas pelas variações em média de um aumento de 0,75 a cada unidade de aumento das despesas de pessoal e encargos sociais (PES), combinada com um aumento de 1,38 das outras despesas correntes (ODC), conforme equação 1), com um intercepto de -12.816,61. Na equação 2), as despesas correntes são explicadas em média com aumento de 0,78 para as

despesas de juros e encargos sociais (JES), combinadas com um aumento de 1,39 das outras despesas correntes (ODC). As despesas de capital não podem ser explicadas pelas variações nas suas naturezas de despesas (variáveis independentes), pela falta de relação funcional entre as variáveis do modelo de regressão linear múltipla.

Considerando que as variações das despesas de capital não foram explicadas pelo modelo utilizado na regressão linear múltipla, a Tabela 7 apresenta os resultados da regressão linear simples.

Tabela 7 - Resultados da regressão linear simples – despesas de capital

Período	1981 a 2010	
Equação de Regressão Linear Simples	$Y_{dac} = 59.316,44 + 1,031ARD$	
Testes	$t = 30,881$	P-valor = 0,000
	$F = 953,66$	P-valor = 0,000
	$R^2 = 0,971$	97,10%

Fonte: elaborado pelos autores.

Observa-se que mesmo excluindo as variáveis INV e INF, a variável ARD teve um pequeno aumento em relação aos coeficientes das equações 3) e 4) da Tabela 6 (a maior variação ocorreu no intercepto). O fato evidencia uma forte correlação das despesas de amortização/refinanciamento da dívida (ARD) com as Despesas de Capital. Entretanto, é não é somente a falta de investimentos que podem explicar tal situação. Deve-se analisar a opção política e econômica de gasto com amortização x despesas de capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, em atenção ao objetivo formulado, evidenciou por análises estatísticas e qualitativas as variações das despesas correntes e de capital do Governo Federal, no período de 1981 a 2010, como também em períodos de 10 em 10 anos. Assim, tem-se uma análise das variações das despesas correntes em relação às despesas de capital, o que contribui com o processo de análise das demonstrações contábeis públicas.

Convém registrar, que não foi objeto de estudo explicar as causas das variações apuradas, haja vista que no período de 1981 a 1980, o Brasil foi governado por 06 (seis) Presidentes da República com linhas e plataformas de governo diferenciadas e que enfrentaram diversos problemas internos: inflação elevada; planos econômicos (Cruzado, Cruzado II, Bresser, Verão, Collor, Real) etc. e externos (crises econômicas).

Utilizou-se fontes de dados divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) referentes às séries históricas de despesas pagas do Governo Federal, no período de 1981 a 2010.

As informações sobre os gastos das entidades públicas, nos termos do Art. 48 da Lei Complementar nº 101 (2000), está assegurada como instrumento da transparência da gestão fiscal. Os planos; orçamentos; leis de diretrizes orçamentárias; prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos deverão ter ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Ainda, no tocante a transparência da gestão fiscal, a Lei Complementar nº 131 (2009), acrescentou os incisos a seguir, como parágrafo único do Art. 48 da LRF: I - incentivo à

participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; III - adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.

Considerando que existem bancos de dados de despesas e receitas públicas nos sítios eletrônicos do Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais, recomenda-se futuras pesquisas, abordando análises sobre:

- séries históricas de receita corrente líquida; despesas da União por função; receitas e despesas da União com manutenção e desenvolvimento do ensino;
- despesas por funções de governo;
- processos de prestação de contas dos governos;
- consolidação de contas públicas; etc.

Os resultados permitem concluir que as despesas de capital tiveram uma variação maior que as despesas correntes, no período de 1981 a 2010 (851%), o que evidencia mais comprometimento com os recursos de capital (Rejeita-se H_0 e aceita a H_1). Entretanto, os grupos de naturezas das despesas de capital estão em desacordo com a atividade-fim do Governo, por colocarem as despesas de investimentos com uma variação negativa (-5%) e as despesas com amortização/refinanciamento da dívida com uma variação positiva excessiva (28.876%). As despesas de capital são explicadas pela variação positiva ocorrida nas despesas de Amortização/Refinanciamento da Dívida. Em relação aos estratos decenais, somente o período de 1991 a 2000, teve uma variação positiva (4%) das despesas de capital. Desse modo, observa-se com base na Teoria da Escolha Pública que as decisões do Governo Federal foram tomadas sem visar o bem estar geral e a qualidade do gasto público dos grupos de natureza de despesa em relação às categorias econômicas ficou comprometida (diminuição das despesas de capital no grupo de natureza de despesas de investimentos).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Glauber de Castro; BARROS, Fabrício de Oliveira. Perfil dos autores na produção científica em contabilidade: o caso do congresso USP de controladoria e contabilidade e do congresso ANPCONT. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 29, n. 3, p. 22 – 33, set./dez. 2010.

BERNABEL, Rodolpho Talaisys. **Teoria da escolha pública**: uma introdução crítica. 2009. 88 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade pública**: teoria, técnica de elaboração de balanços e 300 questões. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

BORGES, Matheus Fachin. **Qualidade do gasto público municipal**: uma abordagem microrregional para o Estado do Rio Grande do Sul. 2010. 171 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2010.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 05 de maio de 2000.

BRASIL. Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 28 de maio de 2009.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 de março de 1964.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das contas públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Secretaria de Orçamento Federal (SOF). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 de maio de 2001.

BRASIL. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, ambos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 de abril de 1999.

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BRUNET, Julio Francisco Gregory; BERTE, Ana Maria de Aveline; BORGES, Clayton Brito. **Estudo comparativo das despesas públicas dos Estados Brasileiros**: um índice de qualidade do gasto público. Brasília: ESAF2007. Monografia premiada com o terceiro lugar no XII Prêmio Tesouro Nacional – 2007. Qualidade do Gasto Público. Porto Alegre (RS). Disponível em:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio_TN/XIIPremio/qualidade/3qualidadeXIIPTN/es tudo_comparativo_das_despesas.pdf> Acesso em: 27 nov. 2012.

CARVALHO, José Ribamar Marques; OLIVEIRA, Gilmar Ferreira.; SANTIAGO, Jocicarla Soares. Dívida pública: um estudo de indicadores dos estados nordestinos. **Revista Universo Contábil**, FURB, Blumenau, v. 6, n. 2, p. 82-100, abr./jun. 2010.

CASTRO, Domingos Poubel; GARCIA, Leice Maria. **Contabilidade pública no Governo Federal**: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos Governos Municipais e Estaduais com utilização do Excel. São Paulo: Atlas, 2004.

CUNHA, J. V. A.; COELHO, A. C. Regressão linear múltipla. In: CORRAR, Luiz João; Paulo, Edilson; DIAS FILHO, José Maria. (Org.). **Análise multivariada**: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, 2011.

DINIZ, Josedilton Alves; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva; CORRAR, Luiz João. Mensuração da eficiência financeira municipal no Brasil e sua relação com os gastos nas funções de governo. **Gestão & Regionalidade** – Vol. 28 – nº 83 – mai-ago, 2012.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009.

GERIGK, Willson; CLEMENTE, Ademir; TAFFAREL, Marinês. O impacto da lei de responsabilidade fiscal sobre a gestão financeira dos pequenos municípios: o caso do Paraná. **REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 4, n. 3, art. 3, p. 44-69, set/dez. 2010.

GUJARATI, Damador. N. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

KOHAMA, Heilio. **Balanços públicos**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1999.

LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. **Estatística**: teoria e aplicações - usando Microsoft Excel em Português. Rio de Janeiro: L T C. 2000.

LIMA, Diana Vaz de.; CASTRO, Róbison Gonçalves. **Contabilidade pública**: integrando União, Estados e Municípios (SIAFI e SIAFEM). São Paulo: Atlas, 2000.

LORENZO, José Manoel Prado; SÁNCHEZ, Isabel María García. Los indicadores de gestión en el ámbito municipal: implantación, evolución y tendencias. **Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión**, volumen II, nº 4, julio-diciembre. 2004. Disponível em: <<http://www.observatorio-iberoamericano.org/RICG/Portal.htm>>. Acesso em: 08 jan. 2012.

MACEDO, Joel de Jesus; CORBARI, Ely Célia. Efeitos da lei de responsabilidade fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, v. 20, n. 51, p. 44-60, setembro/dezembro. 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS OLIVEIRA, Francisco Estevam. **SPSS básico para análise de dados**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

OLIVEIRA, João Urbano Coutinho. **Estatística**: uma nova abordagem. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

REIS, Luciano Gomes *et al.* A pesquisa brasileira em contabilidade do setor público: uma análise após a implementação da lei de responsabilidade fiscal. RIC/UFPE - **Revista de Informação Contábil**, v. 1, n. 1 p. 89-101, set. 2007.

RODRIGUES, Azelma. **Gastos do Governo Federal sobem 15% em 2009**. Valor Online. Jan. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/01/27/gastos-do-governo-federal-sobem-15-em-2009-915721237.asp>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

RODRIGUES GONÇALVES, Cristina. **Determinantes da composição do gasto público nos estados brasileiros**. 2010. 63 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Programa de Pós-graduação em Economia do Setor Público da Universidade de Brasília. Brasília. 2010.

SANTOS, Yolanda Fernández.; LÓPEZ, Raquel Flórez. Aplicación del modelo DEA en la gestión pública. Un análisis de la eficiencia de las capitales de provincia españolas. **R.I.C.G - Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión**. Volumen IV, nº 7. Enero-junio. 2006.

SILVA, Lino Martins. **NBCASP: a grande reforma na contabilidade pública**. Disponível em: <<http://linomartins.wordpress.com/2008/12/03/nbcasp-a-grande-reforma-na-contabilidade-publica/>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Maurício Corrêa. **Demonstrações contábeis públicas: indicadores de desempenho e análise**. São Paulo: Atlas, 2012.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal**. São Paulo: Atlas, 2001.

SOARES, Maurélio *et al.* O emprego da análise de balanços e métodos estatísticos na área pública: o *ranking* de gestão dos municípios catarinenses. **Revista de Administração Pública** – Rio de Janeiro 45 (5): 1425-443, set./out. 2011.

SOHL, Shannon *et al.* Measuring the financial position of municipalities: numbers do not speak for themselves. **Public Budgeting & Finance**. Fall. 2009.